

Pesquisa participativa: relações interculturais e políticas públicas

Participative research: intercultural relations and public policy

Daniela Nunes Curzel*

RESUMO: Este artigo visa a discutir a pesquisa participativa no âmbito dos estudos culturais, a identidade, como acontecem as relações entre as classes culturalmente dominantes com as dominadas nesse processo. Busca através da pesquisa participativa o reconhecimento dos grupos culturais marginalizados, propondo um instrumento inovador de participação, de questionamento, de reconstrução de discursos e de elaboração de projetos ou políticas públicas, que beneficiem os grupos culturais da realidade pesquisada, em especial os subordinados às classes hegemônicas de poder.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa; cultura; políticas públicas.

ABSTRACT: This article aims to discuss the participatory research in the field of cultural studies, identity, and how relations between the classes culturally dominant and dominated classes happen in this process. Search through participatory research recognition of marginalized cultural groups, proposing an innovative instrument of participation, questioning, reconstruction of speeches and design of projects or public policies that benefit the cultural groups of the reality studied, especially the classes subordinate to hegemonic power.

KEYWORDS: research – culture – public policy.

Introdução

Vivemos em uma sociedade de culturas plurais, contudo marcada pelas imposições e limitações geradas pela dominação hegemônica do sistema econômico vigente em grupos que, por motivos históricos, se encontram à margem de nossa sociedade. Ao mesmo tempo em que permanecem subalternos, estão em permanente busca de uma identidade e reconhecimento de sua cultura. Mas como superar essa situação de dominação, buscar seu lugar de reconhecimento na sociedade e lutar contra as suas falsas representações ou discursos?

* Mestre em Educação pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle. Professora da Rede Municipal de Educação de Cachoeirinha, RS.

Todo esse movimento por uma justiça social das classes culturais será discutido neste artigo através da pesquisa participativa, que propõe um estudo profundo, com vistas à recuperação da dignidade humana e à participação coletiva dos grupos culturais marginalizados.

Para entender como se estrutura esse debate, o artigo foi dividido em três tópicos: pesquisa participativa e identidade cultural; a tensão cultural - dominação pela globalização *versus* cultura da libertação, e a pesquisa participativa no espaço cultural híbrido: relações interpessoais e uma proposta inovadora para as políticas públicas.

Pesquisa participativa e identidade cultural

Em muitos estudos, a pesquisa vem sendo representada como importante princípio educativo para a formação da cidadania, onde é compreendida pela capacidade de produção própria (DEMO, 2006), partindo da definição da educação como processo de formação da competência humana, com qualidade formal e política, encontrando no conhecimento inovador a alavanca principal da intervenção ética (DEMO, 2005).

Pesquisar é um exercício de saber pensar certo. Pensar certo é uma exigência que os momentos do ciclo gnosiológico vão pondo à curiosidade que, tornando-se mais e mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para a curiosidade epistemológica, implicando um saber de pura experiência feito, o respeito ao senso comum e o estímulo da capacidade criadora do educando (FREIRE, 1996). O mesmo autor (1996, p. 32) nos diz: “pesquise para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.” Nesse movimento, a educação pela pesquisa é uma forma de intervenção no mundo, de influência, onde está presente a elaboração um novo discurso para aquele conhecimento que fora homogeneizado pelos processos de globalização.

“A pesquisa participativa não é somente possível, mas necessária para reparamos a inter-relação dinâmica entre teoria e prática” (DEMO, 2004, p. 104), onde assume envolvimento político explícito (DEMO, 2004).

Nesse contexto, podemos dizer que a pesquisa participante é uma luta constante pela formação de sujeitos, ou seja, pela construção ou afirmação de uma identidade cidadã participativa e emancipada. Conforme Demo (2004), a pesquisa participante produz conhecimento politicamente engajado e participação. Complementa que esse tipo de pesquisa tem retomado fôlego em torno da multiculturalidade e temas correlatos do reconhecimento. Brandão (1982) argumenta que a participação determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir, ou seja, transformar.

Segundo Hall (1981, apud DEMO, 2004, p. 93-94), a pesquisa participante é descrita de modo mais comum como atividade integrada que combina investigação social, trabalho educacional e ação. Destacam-se algumas das críticas do processo, exemplificadas pelo autor:

- a) o problema se origina na comunidade ou no próprio local de trabalho;
- b) a finalidade última da pesquisa é a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos; os beneficiários são os trabalhadores ou o povo atingido;
- c) a pesquisa participativa envolve o povo no local de trabalho ou na comunidade no controle do processo inteiro de pesquisa;
- d) a ênfase da pesquisa participativa está no trabalho com larga camada de grupos explorados ou oprimidos: migrantes, trabalhadores, populações indígenas, mulheres;
- e) é central para a pesquisa participativa o papel de reforço à conscientização do povo de suas próprias habilidades e recursos, e o apoio à mobilização e à organização.

Freire (1996) nos diz que ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural. Ainda reforça que a identidade cultural é um problema que não pode ser desprezado, que tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos. Em relação à pesquisa participante, presencia-se uma dinâmica constante pelo reconhecimento dos saberes, sobretudo das classes oprimidas, das identidades e das diferenças. Somente se afirma uma identidade se existir a diferença, sendo que ambos os conceitos se apresentam nas tessituras e nas percepções peculiares de cada educando e em seus sistemas de representação. No tangente à formação das identidades, Hall (1997) comenta “assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”.

Tratando do conceito de representação, Silva (2000, p. 17) explica:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?

Em suma, a pesquisa participativa vem defender o ideal de transformação social, a liberdade, a justiça, a luta dos oprimidos, dos grupos raciais, econômicos, de gênero e étnicos pela recuperação de sua humanidade roubada, na busca de sua identidade cidadã, da inclusão e da emancipação.

Dessa forma, a pesquisa participativa vem propor um passo para uma virada cultural, em que os grupos dominados assumem sua identidade e possam lutar contra a representação de marginalização, inferioridade e incapacidade que lhes são conferidos pelos discursos falsos ou forjados das classes hegemônicas, que acabam, muitas vezes, sendo estigmatizados.

Diante do exposto, a pesquisa participativa de questionamento reconstrutivo ocasiona uma tensão entre a cultura da dominação pela globalização com a da libertação, no processo de emancipação histórica e de formação da cidadania organizada entre as culturas.

A tensão cultural - dominação pela globalização *versus* cultura da libertação

Com a pesquisa participativa, desencadeia-se o movimento de tensão cultural entre a dominação pela globalização e a da libertação. Essa pesquisa possibilita a inclusão dos educandos no estudo da realidade de sua comunidade, com vistas ao levantamento e às críticas das demandas locais de seu contexto histórico-cultural. Dá lugar e participação aos oprimidos pelo sistema vigente, nesse processo de reconstrução social. Cabe salientar que **lugar** se define como um espaço identitário, relacional e histórico (AUGÉ, 1994, p. 73). Logo, essa ação vem em sentido contrário aos métodos globalizados de educação, às imposições das verdades prontas, concebidas de forma “bancária”, como dizia Freire (2005), e de seus discursos manipulativos. Assim, os educandos assumem seu lugar como sujeitos históricos, produzindo conhecimento político para contribuir na qualidade de vida de sua comunidade.

Diante do exposto, podemos verificar que na pesquisa participativa ocorre o surgimento de um campo de força na tensão entre a cultura do oprimido, que busca espaço no questionamento reconstrutivo da sua realidade, com a cultura hegemônica da reprodução, que fortemente resiste. Esse campo de força, ou choque entre duas culturas distintas, é explicado, no âmbito dos estudos culturais, “a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade” (BHABHA, 1998, p. 63).

Ainda nesse fenômeno, percebe-se a existência de “zonas de contato”, que são “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação” (PRATT, 1999, p. 27). Nesse ambiente contraditório e de transformação, tanto a cultura do oprimido acaba sendo impactada pela dominante, quanto a do dominante pela cultura do oprimido.

A partir dessa zona de contato entre as duas culturas antagônicas, inicia-se, então, um espaço de negociação híbrido, denominado por “entre-lugar”, conforme argumenta Bhabha (1998, p. 20):

Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade.

É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de *nação* [nationness], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados.

Na dinâmica desse complexo espaço de negociação e de disputa de poder, a pesquisa participativa luta pelo surgimento de uma zona porosa, que podemos definir como início de uma sensibilização acerca do bem-estar comum da co-

munidade, para ajudar os oprimidos e os opressores a serem mais humanos e se emanciparem. O oprimido para não ser tão agredido pelas forças dominantes do sistema, adquirindo poder e condições para a sua participação na elaboração do planejamento de uma comunidade melhor; e os opressores para que desenvolvam valores éticos e se preocupem com os oprimidos. Logo, a desigualdade social entre o milionário e o miserável econômico não é fato, destino, castigo ou mérito: é imoralidade.

Todo esse processo de movimento pela justiça social, pela educação pode ser constatado na revolução cultural abordada pela pedagogia do oprimido de Freire (2005, p. 46):

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser pedagogia do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

Em qualquer destes momentos, será sempre a ação profunda, através da qual se enfrentará, culturalmente, a cultura da dominação. No primeiro momento, por meio da mudança da percepção de mundo opressor por parte dos oprimidos; no segundo, pela expulsão dos mitos criados e desenvolvidos na estrutura opressora e que se preservam como espectros míticos, na nova estrutura que surge da transformação revolucionária.

Logo, na dualidade desse campo de tensão, podemos dizer que esse espaço de negociação (entre-lugar) é um local culturalmente híbrido, onde iniciarão discussões, propiciando transformações na sociedade.

A pesquisa participativa no espaço cultural híbrido: relações interpessoais e uma proposta inovadora para as políticas públicas

A pesquisa participante sempre reivindicou a imersão prática, em que as comunidades não precisam apenas estudar seus problemas, precisam, sobretudo, enfrentá-los, resolvê-los (DEMO, 2004). A comunidade estuda a si mesma e a sua realidade para nela influir decisivamente.

Nesse espaço híbrido gerado no momento de tensão, ocorre a participação de pessoas de diferentes classes sociais, grupos étnicos, de gênero, de raça, e outros, afirmando que a pesquisa participativa é indiscutivelmente intercultural, pois envolve diferentes atores em sua ação. Com isso, a escola tem o papel de realizar projetos para adiante dos resultados da pesquisa, que visem a trabalhar não somente com as variadas demandas que percorrem os componentes curriculares, mas também com os estudos culturais. Pode-se estudar o lugar dos gêneros feminino e masculino na sociedade, as populações indígenas, o negro, o branco, o pobre, em suma, as culturas do interesse de sua realidade.

Na pesquisa, é possível o reconhecimento do multiculturalismo, buscando o fortalecimento de identidades culturais e seus talentos, em meio às diferenças presentes em determinada realidade e de seus agentes em questão.

Outro aspecto importante é a possibilidade de estudar como acontece o fenômeno da marginalização, desvelando as demandas de cada grupo cultural, tanto do dominante quanto do excluído, para que se possa ter uma direção para onde as ações públicas e coletivas devem seguir. Isso é responsabilidade social. Entender o presente, compreender por onde o caminho da marginalização percorre, visando a um posicionamento crítico de mudança qualitativa. Ninguém é excluído e continuará por acaso, o que procede é essa internalização opressora que foi imposta pelo sistema, onde, algumas vezes, o oprimido acaba manifestando uma postura de quem está quase pedindo desculpas por sua pobreza e submissão.

A pesquisa participativa é um solo fértil para o surgimento de intelectuais orgânicos, cuja função não é pensar pela comunidade, mas motivar que a comunidade saiba pensar seu destino (DEMO, 2004). Assim, a comunidade é estimulada a assumir seu papel social, não se esquecendo de valorizar também seus saberes construídos através das experiências empíricas, determinante fundamental para a compreensão desse espaço no âmbito do processo de pesquisa:

A pesquisa participativa não os pode ignorar. São imprescindível ponto de partida, por razão muito forte: se queremos que a comunidade assuma seu destino com autonomia, este movimento precisa partir de dentro, ou seja, de sua identidade cultural e história (DEMO, 2004, p. 106).

Esse é momento de resgate das vozes esquecidas e silenciadas, o início de um diálogo entre as culturas dominantes e dominadas. De perceber que aqueles que foram deixados de lado têm muito a contribuir, a falar sobre suas culturas, demandas e suas esperanças, uma vez privadas pelas classes hegemônicas do antidiálogo, ou seja, da não aceitação da expressão do outro. Freire (2005) traduz esse enunciado:

O antidiálogo se impõe ao opressor, na situação objetiva de opressão, para, pela conquista, oprimir mais, não só economicamente, mas culturalmente, roubando ao oprimido, conquistando sua palavra também, sua expressividade, sua cultura (FREIRE, 2005, p. 157).

Para entendermos melhor o processo de superação dessa dominação, precisamos conhecer o conceito em que o antidiálogo está contido, que se denomina por **invasão cultural**, opressão em que a cultura dominante subordina e impõe seus valores sobre as culturas dominadas. O mesmo autor define que:

Invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão [...] É sempre uma violência do ser da cultura invadida que perde sua originalidade ou se vê ameaçada de perdê-la (FREIRE, 2005, p. 173).

A pesquisa participativa luta contra as imposições da invasão cultural, uma vez que permite a criatividade e a liberdade de expressão de cada grupo, sendo essas qualidades que a tornam como instrumento democrático de ensino e de poder político.

“A invasão cultural, na teoria antidialógica de ação, serve à manipulação que, por sua vez, serve à conquista e esta à dominação, enquanto a síntese serve à organização e esta à libertação” (FREIRE, 2005, p. 212). Entende-se por síntese cultural um espaço em que não há espectadores, a realidade a ser transformada para a libertação dos homens é a incidência da ação dos atores; enquanto que na invasão cultural os espectadores e a realidade (imutável) são a incidência da ação dos atores (FREIRE, 2005).

Se pretendemos transformar a realidade em que vivemos, temos de partir inicialmente do modo com que vimos as pessoas, lidamos com a natureza, nossas atitudes, nossas práticas. Portanto, concordo com Freire, quando diz que: “toda revolução, se autêntica, tem de ser também revolução cultural” (2005, p. 209). Na pesquisa, além do fortalecimento das relações interpessoais nesse espaço de diferenças, os participantes aprendem a respeitá-las, valorizá-las, e enriquecer seus conhecimentos nessa dialógica proporcionada, para que se possa construir um futuro melhor.

Fazendo a interface da pesquisa com os grupos sociais, podemos trabalhar a discussão do homem, da mulher, do negro, do branco, do índio, do imigrante, do rico e do pobre, pesquisando a sua evolução histórica, para entender como se justifica o patamar da situação em que essas classes se encontram, como se formam as relações de poder, como vivem em sua realidade e na atualidade, identificando quais são as suas demandas de desenvolvimento.

Disso, temos um riquíssimo instrumento crítico de reconstrução de conhecimentos que podem ser utilizados como diretriz para a elaboração de projetos ou políticas públicas, para atender as demandas das classes culturalmente marginalizadas e também ações que envolvam as dominantes para trabalharem num contexto de união e colaboração. A pesquisa participativa poderá auxiliar na construção de políticas públicas de combate às desigualdades de oportunidades, bem como na participação democrática da comunidade no processo e nas ações coletivas. Assim, pode beneficiar segmentos da sociedade que estão à margem do sistema educacional, econômico e dominante.

Poderá analisar como o poder público planeja e trabalha suas políticas acerca da mulher, que é tão violentada atualmente, das questões dos negros e dos índios, dos pobres, enfim, das classes sociais marginalizadas. Também abre um caminho para verificar a presença das lideranças desses grupos e sua representatividade na região.

Os estudos da pesquisa participante serão basilares para estudar uma proposta mais justa de igualdade nas diferenças, pois o objetivo é a oportunidade de qualidade de vida e dignidade humana a todos, reconhecendo todos os talentos

existentes nesse universo multicultural. Esse esforço de equalizar as forças presentes se justifica, pois “a cultura é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla” (SILVA, 1999, p. 133-134).

Por outra aresta, a pesquisa participante pode despertar a consciência de que o poder hegemônico tem o compromisso moral de ajudar os seus oprimidos e não aceitar suas diferenças ou enxergar apenas a sua situação de igualdade somente quando por questões de mercado.

Nesses estudos, não existirá somente a pesquisa das classes culturais, mas também a participação dos seus representantes, propiciando visões que não seriam de fora, mas sim da interação desses, havendo um diálogo entre os diferentes grupos étnicos, raciais, de gênero e de classe econômica, e um novo discurso para a reconstrução do social. É um processo de participação híbrida. Assim, como o início dos estudos culturais, que surgiram com os britânicos, no intuito de inclusão, a pesquisa participativa poderá observar essas questões. A inclusão está presente em várias instâncias, seja na busca por um emprego, no tratamento com as pessoas, no mercado de trabalho, nas decisões familiares e em outras. Com a pesquisa participativa, teremos um profundo estudo que explicará esse espaço híbrido que vivemos, para poder repensá-lo e despertar a consciência de que não podemos aceitar as representações equivocadas do despotismo cultural eurocêntrico que predominam e subordinam as demais classes oprimidas.

Considerações finais

Na estrutura do processo da pesquisa participativa, se movimentam vários grupos sociais, buscando uma oportunidade democrática de expressão de cada cultura, nesse contexto globalizado em que prevalecem somente as vozes das forças capitalistas. Contudo, precisa ser mais valorizada e introduzida nos currículos escolares, sobretudo na educação básica, pois em nosso cotidiano somente se enfoca a pesquisa na educação superior, preconizando um paradigma de que somente nesse nível é necessária sua prática. Além disso, nossos profissionais do ensino devem estar capacitados para esse método e conscientes da proporção social que atinge a ação pesquisadora.

Na nossa sociedade, urgem, cada vez mais, mudanças culturais, ou seja, de abertura de novos caminhos que ofereçam espaço para expressões de outros grupos. Como comprova a história, o paradigma cultural sempre foi marco de transição de mudanças comportamentais e econômicas no cenário mundial.

Dessa forma, a educação deverá prover instrumentos de inclusão cultural, em especial, pela pesquisa participativa, para que possamos repensar nossos modelos de mundo e construirmos um futuro com mais dignidade humana e igualdade.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRANDÃO, C. R. (Org). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. v. 8. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Ed., 1997.

PRATTI, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Recebido em: 09/06/2011

Aprovado em: 31/08/2011